

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

ANGELA CARLA DE PAIVA RIBEIRO DA SILVA

A Música no Processo de Alfabetização

PATOS DE MINAS

2021

ANGELA CARLA DE PAIVA RIBEIRO DA SILVA

A Música no Processo de Alfabetização

Trabalho apresentado ao Curso de Pedagogia a Distância da FAGED/UFU como exigência parcial para a obtenção de título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Maria Irene Miranda

PATOS DE MINAS

2021

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pequeno príncipe, Dante, motivo de inspiração e amor incondicional.

Aos meus pais Maria e Antônio (*in memoriam*) que foram fundamentais na minha formação como ser humano.

A todos os docentes do Brasil que resistem e persistem em oferecerem uma educação de qualidade para seus alunos, que respeitam as diferenças e o tempo de cada estudante no seu processo de ensino-aprendizagem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela família que Ele me concedeu.

Ao meu esposo Jader pelo carinho, compreensão, dedicação e apoio incondicional em todos os momentos. Sem você, não seria possível! Muito obrigada pela sua presença em minha vida.

Agradeço à minha orientadora Maria Irene Miranda pela dedicação, paciência e por me guiar na direção correta para a realização deste trabalho que foi motivo de muita aprendizagem. Gratidão por tudo!

A todos os meus colegas do curso de graduação, em especial, a amiga Elaine Caixeta que compartilhou de vários desafios e incertezas, sempre com o espírito acolhedor e colaborativo.

Por último, quero agradecer também à Universidade Federal de Uberlândia e todo o seu corpo docente pela oportunidade de obter uma formação de qualidade.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

(Paulo Freire, 2016)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso foi organizado em duas seções. Na primeira apresento o meu memorial escrito na forma de texto descritivo – narrativo, analisando e refletindo sobre acontecimentos de minha trajetória acadêmica e profissional. A escrita seguiu uma ordem cronológica: da infância até o presente momento da vida, explorando as lembranças, analisando-as à luz da compreensão e do conhecimento acadêmico e social acumulado. Na sequência, destaco meu processo formativo, as atividades que mais me identifiquei no curso de Pedagogia e a relação com o tema da alfabetização, que se faz presente neste trabalho. Por meio de pesquisa bibliográfica, constatamos que as atividades musicais e rítmicas contribuem para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social, afetivo e emocional. Acreditamos na necessidade de se ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da língua utilizando a música como um recurso lúdico para que o aluno possa desenvolver as habilidades de interpretar, compreender e transformar o meio social em que vive. A temática sobre a alfabetização é um assunto que não se esgota e merece mais estudos relacionados à música no processo de aquisição da língua escrita.

Palavras-chave: Alfabetização; Música; Aprendizagem

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Desenvolvimento.....	9
2.1. Um pouco de mim e dos caminhos que me levaram ao curso de Pedagogia.....	9
2.2. O curso de Pedagogia.....	15
2.3. Dialogando com os teóricos sobre a alfabetização.....	17
3. Considerações Finais.....	30
4. Referências.....	33

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante da disciplina de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia. No referido curso, o TCC é um trabalho acadêmico de caráter obrigatório e avaliativo que compreende o registro e apresentação de conhecimentos técnicos, científicos e culturais desenvolvidos durante o curso de graduação.

O trabalho de conclusão de curso proporciona ao aluno de graduação demonstrar sua capacidade de pesquisar, analisar e refletir sobre um determinado assunto ou problema, buscando formular possíveis questionamentos, produzir respostas, levantar hipóteses e/ou propostas para trabalhos futuros que dele podem ramificar. O TCC possibilita também a iniciação e o envolvimento do aluno no campo da pesquisa científica.

Existem vários tipos de TCC, como por exemplo, produção de artigo acadêmico e monografia. O trabalho de conclusão de curso que apresento será realizado no formato de memorial.

O termo Memorial deriva do latim *Memoriale* que significa memória, lembranças. O memorial é um documento simples, escrito na forma de texto descritivo – narrativo em que a pessoa analisa e reflete sobre acontecimentos de sua trajetória acadêmica e profissional, analisando cada etapa de sua experiência. Este documento tem por objetivo reconstruir a trajetória pessoal, por meio de um relato acompanhado de uma reflexão.

Alguns cursos de Pedagogia adotam o formato de memorial no TCC por possibilitar aos futuros profissionais de educação uma breve reflexão do seu percurso até a licenciatura. Por meio deste documento, os futuros pedagogos(as) podem refletir sobre sua trajetória escolar desde a educação infantil até a sua escolha pelo ingresso no curso de licenciatura em Pedagogia, assim como sobre seus avanços e conquistas ocasionadas pelo processo formativo da graduação.

O memorial possibilita aos futuros educadores o exercício de relembrar e analisar de forma crítica o modelo escolar ao qual foram submetidos como também o papel do docente no seu processo de ensino e aprendizagem, a partir dos conhecimentos obtidos durante sua formação no curso.

Segundo Carrilho et al. (1997, p.04), “o Memorial é um texto de caráter científico, onde o autor descreve a sua trajetória profissional de forma crítica e reflexiva.” Desta forma, este Memorial busca apresentar e refletir a minha trajetória de vida pessoal e

acadêmica, a partir da compreensão de vida e mundo que tenho hoje.

Este documento foi escrito obedecendo a uma ordem cronológica: da infância até o presente momento da vida, explorando as lembranças, analisando-as à luz da compreensão e do conhecimento acadêmico e social acumulado. Na sequência, desta comeu processo formativo, as atividades que mais me identifiquei no curso de Pedagogia e a relação com o tema da alfabetização, que se faz presente neste trabalho. Posteriormente apresento o referencial teórico que respaldou minhas análises acerca da temática em estudo.

Na última parte do trabalho coloco minhas considerações e reflexões finais.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Um pouco de mim e dos caminhos que me levaram ao curso de pedagogia

Considerando que nesta seção do trabalho abordarei sobre minha trajetória acadêmica, iniciarei me apresentando.

Sou Angela Carla, nasci em 1981 na cidade do Rio de Janeiro, meu pai era porteiro e minha mãe dedicada ao lar e a educação dos filhos. Minha educação formal é e sempre foi oriunda de escolas e universidades públicas.

Fui alfabetizada bem antes dos seis anos de idade em casa, pela minha mãe que apesar de nunca ter frequentado uma escola me ensinou as letras, os números e a escrever o meu nome. Apesar de meu pai não ser alfabetizado e minha mãe apenas saber ler e escrever com dificuldade, sempre prezaram pelo estudo e me incentivaram muito, fizeram o possível para que eu e meu irmão pudéssemos estudar.

Ingressei na escola em 1987, aos seis anos de idade completos, pois naquele ano os alunos só podiam ser matriculados na escola pública com esta faixa etária, e comigo não foi diferente, porque meus pais não tinham condições financeiras de pagar uma escola particular. Somente após a Emenda Constitucional 59/2009 é que a educação básica passou a ser obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade.

Segundo Kramer (2011, p.71), em seu artigo, “Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental”:

A opção brasileira pelo atendimento educacional a toda a faixa etária da primeira infância e a inserção das crianças de 6 anos no ensino fundamental são frutos de um processo histórico de articulação entre duas dimensões: uma social, política e administrativa – que foi se expressando ao longo dos últimos cem anos com os movimentos sociais e de lutas de diferentes setores da sociedade civil organizada – e outra técnico-científica, constituída por estudos da psicologia, antropologia,

filosofia, sociologia, entre outros, que passam a conceber a criança de forma ampla e integrada, e a infância como um momento fundamental no processo de formação humana. KRAMER (2011, p.71).

Devido ao processo histórico da educação básica no país e a falta de entendimento em relação a primeira infância, na época, é que pude ser matriculada somente aos seis anos completos.

Fui matriculada na Escola Municipal *Castelnuovo* situada em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Os fundos do prédio da escola ficam voltados para um dos mais belos cartões postais da cidade, a praia do Arpoador, e mais alguns quarteirões a frente da escola, encontra-se o morro do Pavão, Pavãozinho.

Foi logo no início da minha escolarização formal e nesta instituição, embora eu fosse ainda muito pequena, que tive a consciência do tamanho da desigualdade e da segregação social em nosso país. Apesar da escola ficar situada próximo a orla mais linda da cidade, os estudantes que frequentavam a escola eram moradores do morro ou filhos de funcionários: porteiros, zeladores, etc que tinham direito a moradia nos próprios prédios onde trabalhavam, como era o caso da minha família.

O primeiro dia de aula na escola foi tenso! Com muito capricho e dedicação minha mãe arrumou minha mochila e lancheira no dia anterior e no dia seguinte, bem cedinho, me arrumou ainda dormindo para que eu pudesse desfrutar de mais alguns minutos de sono. Depois de me despertar fizemos uma caminhada de vinte minutos a pé entre os arranha-céus de Copacabana até chegar a escola.

Logo na entrada, todos os alunos estavam no pátio formados em fila para execução do Hino Nacional. As crianças, assim como eu, não entendiam o significado daquilo e como toda criança inquieta que é, não ficava na posição correta que a inspetora fazia questão de nos colocar, conforme estabelece o art. 30 da Lei nº 5.700, de 01 de setembro de 1971: “cantemos o Hino Nacional em pé e em silêncio, com a cabeça descoberta, e os braços estendidos ao longo do corpo. Qualquer outra forma de saudação durante a execução - como acompanhar com palmas, assobios, dançando ou com a mão no peito - é proibida”. Esse gesto se repetiu todos os dias antes da aula e durante anos todas as escolas públicas mantiveram esse protocolo, mas foi somente no curso de Pedagogia, na disciplina de História da Educação que descobri que esse gesto era uma recomendação dos militares que governavam o Brasil naquele período, pois significava o amor do povo pela pátria.

Terminado o ritual, minha turma e eu seguimos em fila para a sala da

alfabetização, esse era o nome da minha turma. Sentados em cadeiras enfileiradas, tia Marlene, nossa professora, nos fazia pronunciar de forma coletiva e individual o nome da escola *Castelnuovo* e por se tratar de um nome estrangeiro, de origem italiana, não conseguíamos pronunciar de forma correta e isso gerou vários gritos de insatisfação por parte da professora, eu tremia de medo enquanto chegava a minha vez, cheguei a chorar. Lembrei deste detalhe escrevendo para este memorial e parece que como uma espécie de revolta contra minha opressora, o destino quis que eu fizesse Letras com habilitação em Português – Italiano.

Hoje me pergunto onde estaria o significado ou a relevância daquela “prática” da professora Marlene a não ser para amedrontar e prejudicar a autoestima de seus alunos. Passado a sessão “Pronúncia” seguimos com a apresentação das vogais no quadro pela professora. Para cada letra ela criava uma característica humana, como por exemplo, a letra *a*, só tem uma perna, a letra *e* é a bailarina “perequeté”, a letra *i* é o magrelo e a letra *o*, o gordo da turma, e a letra *u* é o irmão gêmeo do *i*. Desta forma, seguimos acampanhados da *Cartilha Caminho Suave* e de exercícios mecânicos para trabalhar a motricidade das mãozinhas para o ato da escrita.

A partir dos estudos realizados na disciplina de Alfabetização I, no terceiro período do curso de Pedagogia, foi possível analisar que meu processo de alfabetização se deu de forma sintética em que a leitura foi concebida apenas como um processo de codificação e transcrição de unidades sonoras em unidades gráficas, deixando de lado os aspectos relacionados a contextualização da escrita, seus usos e sua função social.

No ano seguinte, eu e minha família, mudamos para o estado do Ceará, terra natal de meus pais, onde continuei meus estudos até a 4ª série do ensino fundamental, porque depois retornamos para o Rio de Janeiro.

Os estudos no nordeste não foram diferentes em relação ao ritual de cantar o Hino Nacional antes da aula, salas com cadeiras enfileiradas e professoras autoritárias. A professora Clotilde da minha turma de 3ª série só falava gritando e com sua voz estridente me causava dor de cabeça e medo nos alunos, ela era a professora mais temida da escola, porém considerada uma das melhores para os padrões da época.

Todavia, as práticas educacionais eram diferentes, devido ao ensino no estado do Ceará ter sido efetuado pelo sistema de telensino, influenciado pelas ideias tecnicistas que tinham como princípios a racionalidade técnica e a eficiência produtiva, segundo os padrões do capitalismo.

Os objetivos do estado Cearense com esse sistema era acabar ou diminuir de forma

mais rápida a questão do analfabetismo e qualificar mão-de-obra necessária à indústria, pois este era um dos estados da federação com maior concentração de analfabetos.

Com base nos estudos da disciplina de História da Educação IV pude analisar este contexto a partir do acordo feito entre Brasil e Estados Unidos, acordo que ficou conhecido como MEC-USAID em que o Brasil poderia fazer empréstimos com os bancos estrangeiros, enquanto os americanos ditavam a política educacional do país com interesse em mão-de-obra qualificada para suas indústrias instaladas no país.

Em uma citação de Brandão e Dias (2003) temos que:

A inserção do capital estrangeiro, especialmente as instalações das empresas multinacionais em nosso País, influenciou, de maneira decisiva, as políticas governamentais brasileiras. No campo educacional, os acordos MEC-USAID realizados entre o Brasil e os Estados Unidos visaram a modernização e a racionalização das práticas pedagógicas com a introdução de equipamentos e artefatos tecnológicos no interior das salas de aulas, cujo exemplo mais presente em nosso Estado é a implantação do sistema de telensino. (BRANDÃO e DIAS, 2003, p.41)

A vida no Ceará estava difícil e nós voltamos para o Rio de Janeiro, continuei meus estudos a partir da 5ª série do ensino fundamental. Não foi fácil me adaptar a “nova” forma de ensino, após ter estudado alguns anos por telensino. Tivemos dificuldades para encontrar uma vaga na escola e só consegui fazer matrícula no meio do ano letivo, ou seja, perdi metade do ano. Logo no primeiro dia de aula, me deparei com uma prova de matemática e quando a nota veio, o zero foi garantido. Nesta escola faltavam muitos professores e os dois anos seguintes não tive aulas de matemática, física e biologia. Deste modo, se formou uma lacuna no meu aprendizado que se arrastou até o segundo grau, hoje ensino médio.

Para ingressar no ensino médio, em uma escola estadual, era necessário fazer uma prova, mas com a minha “bagagem” fraca do ensino fundamental não obtive nota suficiente para angariar uma vaga e mais uma vez perdi um ano letivo. Para minha sorte, no ano seguinte não havia mais o sistema de prova e consegui uma vaga em uma escola estadual da zona Sul do Rio, a uma hora da zona Oeste onde eu morava.

Nos anos 90, o segundo grau (ensino médio) não era dever do Estado, ou seja, não era obrigatório e por isso havia processo seletivo nas escolas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96 em seu Art. 4º: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de”:

I – “ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Desta forma, somente estudando as reformas do sistema educacional no Brasil por meio da disciplina de Princípios e Organização do Trabalho do Pedagogo V, do curso de Pedagogia e através do estudo das leis que definem a educação no país é que pude observar que naquele período, somente o ensino fundamental era obrigatório e que somente em 2013 com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96 por meio da Lei 12.796 de 2013 é que a pré-escola e o ensino médio passaram a ser obrigatórios no país, constituindo assim a educação básica no Brasil. Conforme o Art. 4º em seu inciso I –“ educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma”:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio.

Aprofundando os estudos sobre as reformas educacionais no Brasil por meio da disciplina de Política e Gestão da Educação I do curso de Pedagogia pude compreender que durante meu processo de escolarização obtive êxito no acesso a escola pública, porém a qualidade do ensino não se encaminhou da mesma forma.

As reformas educacionais no Brasil se deram de várias formas, algumas com formulação de propostas específicas de acordo com as características peculiares de cada Estado e Município, todavia, na prática todas são parecidas, principalmente em relação aos seus objetivos de buscar melhoria de ensino capaz de formar mão-de-obra para atender ao mercado globalizado e a busca por universalizar o ensino básico.

A reforma de 1990, por exemplo, teve como alvo a mudança curricular, utilizada como estratégia para aproximar a educação escolar das necessidades postas pela economia e o mercado de trabalho em particular. Segundo Oliveira e Duarte (2001, p.75):

As orientações para as reformas dos sistemas educacionais de 90 resguardam a possibilidade de continuar a formar força de trabalho apta às demandas do setor produtivo, e no lugar da igualdade de direitos oferecem a equidade social, entendida como a capacidade de se estender para todos o que se gastava só com alguns.(OLIVEIRA e DUARTE,2001, p.75)

Desta maneira, o ensino da educação básica no Brasil garante o mínimo possível para a qualificação de mão-de-obra para atender ao mercado, sem a responsabilidade de preparar o aluno para a universidade e isso dificulta seu acesso ao ensino superior, porque assim como eu, estes alunos são oriundos de escolas públicas, que em sua maioria oferece um ensino de forma cada vez mais precário.

Por consequência, o ensino da escola pública não me ofereceu ferramentas

necessárias para ingressar na universidade e por isso tive que contar com a ajuda de um pré-vestibular, o PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes) fundado pelo Frei David em 1993, o primeiro núcleo foi criado na cidade de São João de Meriti, na Baixada Fluminense e logo se espalhou por todo o estado do Rio de Janeiro. O pré-vestibular é um movimento formado por um grupo de professores e ex-alunos voluntários que acreditam, assim como eu, que é somente por meio da educação que podemos transformar a sociedade e assim reduzir a disparidade entre as classes sociais. Me enquadrei no movimento, não pelo fato de ser negra, pelo contrário, em termos de cor de pele no Brasil, eu sou uma privilegiada por ser branca, mas por pertencer a um outro grupo de excluídos, o dos brancos pobres.

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes além de oferecer uma base necessária exigida pelas bancas de vestibulares das universidades, trabalha a questão da autoestima do aluno, a história da política do país e suas políticas públicas, principalmente às relacionadas a educação. Foi desta forma que estudei dois anos me preparando para ingressar no curso de letras, pois na minha “bagagem” escolar as disciplinas relacionadas às áreas das exatas era quase zero, então só me restavam os cursos relacionados às áreas humanas e que tivessem baixa relação de candidato por vaga nos vestibulares. No primeiro ano não obtive sucesso, mas no segundo ano, mais preparada e autoconfiante, consegui passar no vestibular em 2003 em duas federais (UFRJ e UFF), uma estadual (UERJ) e na Pontifícia Universidade Católica, a PUC-Rio, que por meio do movimento do pré-vestibular conseguia bolsas de estudos para os alunos que obtivessem um bom desempenho em seu vestibular.

Dessa maneira, sendo a primeira da família a ingressar no ensino superior, consegui romper com o paradigma de que filho de pobre não chega à universidade e rebater a frase do atual Ministro da economia, Paulo Guedes, de que “FIES levou até filho de porteiro para universidade...” (DUNDER, 2021). Sim, ministro! Filho de porteiro chega à universidade! Desde que a educação no país seja capaz de oferecer igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e na universidade pública.

Assim sendo, optei por estudar em uma das melhores federais do país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, porém só foi possível me manter no curso de Letras com habilitação e licenciatura em português – Italiano por meio de bolsa auxílio estudantil que a universidade me concedeu. Hoje tenho a noção da importância das políticas públicas voltadas para a educação no país.

Sou muito grata a esta universidade e às políticas públicas do governo na época,

pela minha formação profissional, humana e política. Estudei com grandes teóricos e excelentes professores que hoje resistem aos insultos e a precarização da universidade pelo atual governo. Foi com muita tristeza que li a reportagem desta semana sobre o possível fechamento da universidade, um prejuízo imensurável para vários setores da educação, pesquisa e saúde, não só para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil.

Segundo o site da CNN Brasil de 12 de maio de 2021: “De acordo com o pró-reitor, devido aos cortes, diversas atividades da UFRJ serão afetadas, além das atividades acadêmicas, como a testagem para Covid-19, a pesquisa de desenvolvimento de uma vacina própria, brasileira, além de haver redução de oferta de leitos nos hospitais geridos pela instituição e redução de atendimento nessas unidades”. Infelizmente estamos vivendo um retrocesso em relação ao acesso e qualidade do ensino superior das universidades públicas.

2.2.O curso de Pedagogia

Sempre gostei das disciplinas de licenciatura que estudei no curso de Letras, direcionadas não só para o ensino da língua materna, mas também para a formação humana, social e política do país, presentes também no curso de Pedagogia, entretanto de forma mais aprofundada.

Em 2015 meu esposo passou no concurso para docente em Engenharia de Alimentos na Universidade Federal de Uberlândia, campos Patos de Minas - MG. Logo, tivemos que nos mudar do Rio de Janeiro para Patos e tive que deixar o emprego que tinha e me adaptar à nova cidade. Uma cidade de interior, boa de se morar, pequena, tranquila e de boa infraestrutura, mas muito conservadora em alguns aspectos e não muito receptiva às pessoas que veem de fora, assim não consegui me realocar no mercado de trabalho na cidade.

A Universidade Federal de Uberlândia oferece apenas três cursos na cidade de Patos de Minas e nenhum deles é focado para a área da educação. Naquele momento, busquei cursos para me atualizar via internet e em 2017 ingressei no curso de Pedagogia na modalidade EAD pela UFU. Desta forma, pude comprovar a importância das universidades federais em oferecerem cursos fora de suas sedes e a Educação a Distância para que as pessoas que moram em cidades mais afastadas das capitais possam ter o direito de estudar.

Na reta final do curso de Pedagogia percebo que foi a melhor escolha que podia ter feito, o curso me proporcionou muitas descobertas e conhecimento, por meio deste

estou desenvolvendo a capacidade de analisar todo o meu processo de escolarização que antes eu não entendia, mas que agora faz todo sentido. E também refletir sobre como se deu esse processo através do estudo da história da educação, das legislações e das práticas docentes; posso estabelecer uma comparação de como foi o meu ensino e de como eu quero que ele seja diferente para os meus futuros alunos e para o meu filho.

A pedagogia me possibilitou ferramentas para lutar em prol de uma educação básica, pública de qualidade e reconhecer o papel do docente na vida dos alunos. Estou tendo a oportunidade de analisar os dois lados: o que fui como aluna e o que quero ser como docente.

Foram várias as disciplinas que me identifiquei no decorrer da graduação, porém as disciplinas de Educação Infantil e Expressão Lúdica, agregadas ao fato do meu processo de alfabetização ter sido mecânico, sintético e de pouca ludicidade me despertaram o interesse em aprofundar o tema da alfabetização através da música, no desenvolvimento deste memorial.

Trabalhar a música como um instrumento no processo de alfabetização é importante porque ela é uma linguagem universal, capaz de contribuir para o desenvolvimento cognitivo, linguístico e pessoal da criança. A proposta é favorecer um aprendizado de forma mais lúdica e prazerosa para as crianças que estão na etapa de alfabetização.

Vários estudos (Brito, 2003; Cavallari, 2008; Nogueira, 2003) foram realizados sobre a importância das atividades musicais e rítmicas no processo de desenvolvimento global da criança e na aquisição do conhecimento. Estas atividades contribuem para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, social, afetivo e emocional.

Conforme Brito (2003), estudiosos sugerem que o trabalho realizado por meio de atividades musicais é importante porque atua diretamente no processo de desenvolvimento da audição, motricidade, inteligência e socialização.

Cavallari (2008) afirma que a música exerce uma grande influência no funcionamento cerebral porque age diretamente e modifica a comunicação de todas as áreas cerebrais. O processo de internalização de um ritmo com movimentos repetitivos, por exemplo, é complexo e exige o recrutamento de diversas conexões neuro funcionais.

Assim sendo, pretendo aprofundar este tema da alfabetização de crianças com o auxílio da música neste memorial, visto que:

A linguagem musical tem sido apontada como uma das áreas de conhecimento mais importantes a serem trabalhadas na Educação Infantil, ao lado da linguagem

oral e escrita, do movimento, das artes visuais, da matemática e das ciências humanas e naturais. (NOGUEIRA, 2003, p. 3).

Por meio deste memorial foi possível expor minha trajetória acadêmica, ressaltar como se deu meu processo educacional formativo e apresentar o lugar que a educação ocupa em minha vida. Este trabalho me possibilitou dialogar com alguns teóricos da educação e refletir de forma crítica sobre cada etapa do meu percurso formativo dentro das instituições públicas.

Durante a graduação em pedagogia e por meio das disciplinas relacionadas ao processo de leitura e escrita das crianças, motivada também pela minha história pessoal, é que manifestei o interesse em abordar a alfabetização que mais adiante será apresentada à luz dos referenciais teóricos que embasam minhas reflexões a respeito desta temática.

2.3. Dialogando com os teóricos sobre a alfabetização

Nesta seção iremos abordar o referencial teórico que respalda o nosso tema sobre a alfabetização, serão revisitados alguns teóricos que são referências nesta temática.

Nosso trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica que visou reunir dados e informações que serviram como base para a construção do tema em questão, partindo da análise de fontes como: artigos científicos, livros e sites. Sendo assim é importante apresentar o conceito de pesquisa bibliográfica, fundamental para o nosso estudo, a concepção e características da alfabetização e a música no processo de alfabetização.

Segundo Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monografias não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

Deste modo, por meio da pesquisa bibliográfica e do compilamento de informações a respeito da alfabetização de crianças à luz dos teóricos no assunto é que procuramos elucidar a concepção e as características da alfabetização e como a música pode auxiliar no processo de aprendizado da língua escrita.

Discorreremos sobre o tema em estudo, sob a ótica dos teóricos construtivistas,

pois acreditamos que essa teoria do conhecimento contribuiu para uma nova forma de ensinar nas escolas, levando em consideração as experiências e o conhecimento de mundo do sujeito.

Segundo Moretto (2011):

O construtivismo é uma teoria do conhecimento, não uma teoria do ser. Por isso, logo de início é preciso indicar o sentido dado ao termo conhecer. O construtivismo, não nega a existência de um mundo exterior ao sujeito cognoscente, mas considera que este faz experiências que lhe permitem conviver com as limitações que o mundo das coisas impõe. (MORETTO,2011, p.43).

Por volta dos anos de 1980 os resultados dos estudos sobre o processo de aquisição da língua escrita pela criança chegaram ao Brasil, realizados por Emília Ferreiro e Ana Teberosky baseados na teoria do desenvolvimento de Piaget. Os resultados das pesquisas dessas estudiosas deram origem a Psicogênese da Língua Escrita que passou a ser adotada no país como um referencial teórico de cunho construtivista no tocante ao processo de alfabetização.

Porém, antes de abordar nossa temática da alfabetização propriamente dita, acreditamos que se faz necessário retomar de forma resumida a história da língua escrita e a origem da nossa língua portuguesa.

Na história da civilização humana, o desenvolvimento do nosso sistema de escrita se deu pela necessidade da humanidade em criar um conjunto de signos de forma estruturada e organizada para registrar o que pensavam, sentiam ou deixar o registro dos ensinamentos que sabiam para seus descendentes e principalmente firmar seus contratos de compra e venda que não podiam ser registrados oralmente.

A humanidade desenvolveu vários tipos de escritas como, por exemplo, a escrita cuneiforme de domínio dos escribas que utilizavam-se de desenhos para representar objetos ou seres, e a escrita hieroglífica, um sistema que usava ideogramas (desenhos) e fonograma (sinal que representa um som da fala) em vez de letras e palavras.

Pensando em dar mais velocidade aos registros escritos, os sumérios e os egípcios em vez de usarem objetos ou seres como era de costume fazerem, passaram a usar símbolos que faziam uma correspondência aos sons das palavras da língua falada, o que derivou, mais tarde o fonetismo. Desta maneira, foi possível produzir qualquer texto como os códigos jurídicos, tratados científicos, contratos e obras literárias.

A língua fenícia é considerada a precursora do alfabeto, as sílabas eram representadas por 22 consoantes, sem vogais e o leitor era quem vocalizava as vogais, por meio desta língua surgiram as escritas aramaica, hebraica e árabe.

A língua portuguesa é considerada uma língua neolatina derivada do latim vulgar e da influência das línguas faladas pelas pessoas que viviam na região, segundo Teyssier (1997), Oeste da Península Ibérica, na Europa Ocidental, território dominado pelos romanos, pertencente a região que conhecemos hoje como Portugal e Espanha.

Segundo Teyssier (1997, p.03), “(...) Todos os povos da Península, com exceção dos bascos, adotam o latim como língua e, mais tarde, todos abraçarão o cristianismo.”

Ainda segundo o autor, os primeiros registros de textos escritos que se tem em português são datados no século XIII, porém não se distingue ainda do galego, conforme Teyssier (1997, p.03) relata:

Os primeiros textos escritos em português surgem no século XIII. Nessa época, o português não se distingue do galego, falado na província (hoje espanhola) da Galícia. Essa língua comum – o galego-português ou galaico-português – é a forma que toma o latim no ângulo noroeste da Península Ibérica. TEYSSIER (1997, p.03).

No Brasil, o processo de colonização portuguesa se dá por volta de 1532 e a língua falada pela coroa portuguesa é o português, porém antes da chegada dos portugueses ao nosso território, era o povo indígena que o habitava.

Entretanto, por volta do século XVIII é que se começaram a documentar os primeiros registros relacionados às características do português falado no Brasil, conforme aponta Teyssier (1997):

Em 1797, Frei Luís do Monte Carmelo (Compendio de orthographia) assinala pela primeira vez um traço fonético dos brasileiros, que é o de não fazerem distinção entre as pretônicas abertas (ex.: padeiro, prègar, còrar) e as fechadas (ex.: cadeira, pregar, morar). Jerónimo Soares Barbosa (Grammatica Philosophica, 1822) salienta o mesmo fato e acrescenta que os brasileiros dizem minino (por menino), mi deu (por me deu); que não chamam os -s implosivos (mistério, fasto, livros novos). TEYSSIER (1997, p.95).

O português falado no Brasil se diferencia do português europeu em vários aspectos como: vocabulário, pronomes de tratamento, na morfologia e na sintaxe, mas sua maior diferença está na fonética e na fonologia, relacionada a pronúncia das vogais, que em alguns momentos mantiveram características da língua dos europeus e em outros se modificaram.

Com a independência do Brasil em 1822, houve a valorização de outras culturas como: a francesa, italiana e alemã, o que contribuiu para um distanciamento ainda maior da cultura indígena.

Essa mistura de culturas somadas ao tamanho geográfico e à diversidade sociocultural do nosso país, contribuíram para o regionalismo linguístico do Brasil, o que

influencia no processo de aprendizagem da língua escrita.

Para Teyssier (1997):

As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical. Há, desse ponto de vista, uma série de níveis no “brasileiro”: no ápice, a língua das pessoas cultas (com gradações entre um registro oficial estrito e um registro familiar livre); depois, a língua vulgar das camadas urbanas gradativamente menos instruídas, e, finalmente, os falares regionais e rurais. TEYSSIER (1997, p.98)

Como podemos observar a origem da história da alfabetização se deu após a invenção do fonetismo, quando os escribas começaram a estabelecer um padrão de escrita relacionando um fonema da língua falada a um grafema da língua escrita. Desde então, surgiu a necessidade dos escribas de ensinarem a técnica a outras pessoas para que fosse possível transmitir seus conhecimentos de forma escrita para seus descendentes.

O processo de escrita levou muito tempo até chegar a forma de ler e escrever que conhecemos atualmente e só foi possível pelo processo de escolarização.

Na história da educação no Brasil, a escolarização no início era reservada apenas a um pequeno grupo, da corte ou elite, só mais tarde com os padres jesuítas e com o objetivo de trazer fiéis para sua igreja é que começaram o processo de alfabetização das pessoas da comunidade.

Alfabetização: concepção e características

Acreditamos que para um falante dominar o sistema de escrita de uma língua e fazer o uso social da mesma, é necessário que ele passe pelo processo de alfabetização. Para alguns autores como Moraes; Albuquerque (2007) a alfabetização é:

(...) processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico) (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 15).

Para os tradicionalistas a alfabetização se limitava em codificar e decodificar o sistema alfabético da língua como veremos mais adiante nos métodos de soletração, sintéticos e analíticos.

A história da alfabetização é marcada por três principais períodos: o primeiro engloba a Antiguidade e a Idade Média com a predominância do método da soletração; o segundo vai do século XVI ao XVIII que se estendeu até 1960 caracterizando-se pelos métodos sintéticos e analíticos e o terceiro em meados de 1980 com a divulgação dos

estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky.

No primeiro período (da Antiguidade), foi criado o alfabeto e o método de ensino conhecido como soletração, alfabético ou ABC. O processo de alfabetização dos alunos se dava primeiro pela memorização dos nomes das 24 letras do alfabeto grego e depois associavam o valor sonoro correspondente ao grafema.

O segundo período foi marcado pelos métodos sintéticos e analíticos que se deu do século XVI até 1960.

O método sintético, assim como da soletração parte da menor unidade (letra) para a maior unidade (texto), inicialmente parte da letra, depois das famílias silábicas que unindo-se a outras dão origem as palavras, que juntadas a outras formam as sentenças que ligadas por outras formam o texto.

O método sintético caracteriza-se pela progressão das menores unidades como (letra, fonema e sílaba) para as unidades mais complexas (palavra, frase e texto); ênfase nos aspectos da decodificação e correlação entre fonemas (sons) e grafemas (letras).

As críticas a esse processo se dão pela ênfase em uma linguagem artificial no treinamento de letras, fonemas e sílabas de forma que não leva em consideração os usos e a função social da língua escrita.

No método analítico acontece o processo inverso do sintético, pois parte de uma unidade maior (texto) para uma unidade menor (letra). Este método propõe uma progressão da maior unidade de sentido como (palavras, frase e texto) para a menor unidade (sílabas, grafemas e fonemas).

Esse método oferece pouca possibilidade de interação e raciocínio da criança com a escrita, pois se limita em trabalhar com frases curtas e com palavras repetitivas para favorecer na memorização pelo estudante.

Um trecho da música do Gabriel, o pensador, ilustra bem esse método:

Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi. Decoreba: esse é o método de ensino. Eles me tratam como ameba e assim eu numraciocino. Não aprendo as causas e conseqüências só decoro os fatos. GABRIEL, o pensador. Estudo errado.

Apartir de reflexões como a de Gabriel, o pensador, a respeito dos métodos de ensino no Brasil, é que surgiram grandes transformações na educação brasileira por meio de movimentos como da escola nova que tenta romper com o modelo tradicional em que o professor é uma figura autoritária que se preocupa com a memorização e repetição dos conteúdos, formando apenas alunos reprodutores, sem a preocupação de formar cidadãos críticos e pensantes.

O terceiro período da história da alfabetização é marcado pela teoria construtivista que tem como fundamentação a interação entre os sujeitos e estes com o objeto, formando o seguinte tripé: interação entre aluno, professor e objeto do conhecimento.

Segundo Wachowicz (apud Matui, 1995, p. 62) "na verdade, o homem se produz ao produzir a realidade na qual vive, ao se relacionar com o meio e com os outros homens".

O psicólogo e pesquisador da infância, Jean Piaget, considera o homem como um sujeito ativo no seu processo de aprendizagem porque seu conhecimento se dá por meio da interação do próprio homem com o meio social.

Por meio de suas pesquisas, Piaget criou a epistemologia genética que estuda a origem do conhecimento, voltada para o estudo de como a lógica se origina e se desenvolve na criança. Piaget é considerado o pai do construtivismo.

Para o psicólogo, o desenvolvimento intelectual acontece por meio de vários estágios e cada um deles se caracteriza por uma estrutura cognitiva específica. Destacamos os quatro principais estágios do desenvolvimento infantil considerado por Piaget: sensorio motor, pré-operatório, operações concretas e operacional formal.

Segundo Micotti (1980), "O confronto das atividades inerentes à leitura e escrita com as características dos estágios de desenvolvimento cognitivo revela que as atividades, exigidas pela leitura e escrita, envolvem esquemas correspondentes aos que caracterizam o estágio das operações concretas." MICOTTI (1980, p. 109)

O estágio das operações concretas coincide aproximadamente com a idade de sete a doze anos. Neste estágio, a criança já adquiriu maturidade biológica para trabalhar com regras e desenvolver seu raciocínio lógico.

Ainda sobre as estruturas cognitivas para a aprendizagem da leitura e escrita, Micotti (1980) ressalta que "a aprendizagem da leitura e escrita depende da constituição de certas estruturas cognitivas as quais seriam também responsáveis pelos desempenhos focalizados como a descentração perceptiva, domínio da relação esquerda-direita, seriação, etc.." MICOTTI (1980, p. 109)

Segundo Matui(1995):

A interação do sujeito com a língua e a escrita é realizada num nível operatório ou metacognitivo, o material caótico, confuso e sem determinações de nexos lógicos é transportado para um caminho que realiza a ação sobre a ação, experiência de experiência, pensar a palavra ou discurso interior. MATUI (1995, p.208).

Com base na teoria de Piaget, as psicolinguístas argentinas Emília Ferreira e Ana

Teberosky iniciaram suas pesquisas com foco na ação do sujeito sobre seu aprendizado da leitura e da escrita.

Partindo dessa teoria, os estudos das pesquisadoras mostraram que as crianças têm ideias e formulam hipóteses sobre o sistema de escrita no seu convívio social, por meio de textos, atos de leitura e escrita que estão a sua volta, bem antes de ingressarem na escola. Conforme Ferreiro e Teberosky (1986) anunciam no início de sua obra, *Psicogênese da língua escrita*:

[...] Pretendemos demonstrar que a aprendizagem da leitura, entendida como questionamento a respeito da natureza, função e valor deste objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos. Que além dos métodos, dos manuais, dos recursos didáticos, existe um sujeito que busca a aquisição de conhecimento, que se propõe problemas e trata de solucioná-los, segundo sua própria metodologia(...) insistiremos sobre o que se segue: trata-se de um sujeito que procura adquirir conhecimento, e não simplesmente de um sujeito disposto ou mal disposto a adquirir uma técnica particular. Um sujeito que a psicologia da lecto-escrita esqueceu [...] (FERREIRO;TEBEROSKY, 1986, p. 11).

Esse conhecimento construído pelas crianças a respeito da escrita deve ser aperfeiçoado no processo de educação formal para sistematizar a aprendizagem da escrita, mas buscando a autonomia do aluno, pois mesmo sem saber grafar as palavras no formato correto, a criança terá a oportunidade de escrever da forma como consegue e como compreende esse processo, formulando assim suas hipóteses.

Para Ferreiro (1992) “O sistema de escrita – como um objeto socialmente elaborado – é um objeto de conhecimento para a criança. (...) elas formulam várias hipóteses que são ordenadas evolutivamente e não de modo idiossincrático.” FERREIRO (1992, p. 24).

Para os teóricos construtivistas, o processo de alfabetização acontece em um ambiente social e não se dá de forma passiva pelas crianças, conforme descreve Ferreiro (1992):

O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais, assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças. Quando tentam compreender, elas necessariamente transformam o conteúdo recebido. Além do mais, a fim de registrarem a informação, elas a transformam. Este é o significado profundo da noção de assimilação que Piaget colocou no âmago de sua teoria. FERREIRO (1992, p. 24)

A autora ainda afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola e que não termina ao finalizar a escola primária”. FERREIRO (1999, p.47)

Juntamente com Ana Teberosky, Ferreiro estabelece quatro tipos de níveis/hipóteses de escrita que as crianças constroem para compreenderem a complexidade do sistema alfabético. São estes: hipótese pré-silábica, hipótese silábica, hipótese silábico-alfabética e hipótese alfabética.

No início do nível pré-silábico a criança não faz distinção entre a grafia das palavras e o desenho. Posteriormente ela começa a entender que existe alguma relação entre a fala e a escrita e já começa a fazer distinção entre a escrita, imagens e números. Consegue escrever seu próprio nome, mas ainda mantém a hipótese de quantidade mínima e de variedade das letras.

No segundo nível, a criança começa a usar as letras com valor sonoro, porque já compreende a relação entre fala e escrita. Nesta fase, usa uma letra para representar uma sílaba. Pode ocorrer a hipótese silábica sem valor sonoro, quando a criança atribui uma letra para cada emissão silábica, porém sem valor sonoro convencional.

No terceiro nível, silábico – alfabético, a criança consegue entender que a sílaba é formada por mais de uma letra. Trata-se de uma etapa de transição entre o nível silábico e o silábico-alfabético.

No quarto e último nível, hipótese alfabética, a criança consegue compreender que cada caractere corresponde a um valor sonoro. Neste período começam as dificuldades com a ortografia que são diversificadas na língua portuguesa falada no Brasil devido ao seu processo de colonização, conforme vimos no início deste trabalho.

Desta forma, as pesquisadoras fazem uma interpretação a respeito do processo de aquisição da escrita pelo estudante, orientando o trabalho do professor que pode fazer um diagnóstico do nível de entendimento do aluno e assim trabalhar nas suas hipóteses.

Os estudos de Ferreiro e Teberosky mostraram que a criança tem uma função ativa no aprendizado e que constrói o seu próprio conhecimento. Portanto, as pesquisadoras contribuíram para uma mudança no modo de pensar dos alfabetizadores em relação a aprendizagem dos seus estudantes, porque passaram a compreender como eles aprendem e a partir disso elaborar práticas pedagógicas apropriadas para cada nível em que o alfabetizando se encontra, favorecendo seu desenvolvimento cognitivo e aquisição da língua escrita.

Uma outra concepção de alfabetização, podemos encontrar nos estudos de Magda Soares, estudiosa inconformada com o modo de se alfabetizar no Brasil, principalmente pela forma como os livros didáticos se apresentavam: pelo método de repetição de palavras soltas, descontextualizadas, de frases curtas e forçadas. Soares tem contribuído

desde meados de 1980 com pesquisas e publicações a respeito da alfabetização, preconizando o ensino da língua escrita por meio de textos que trabalham os aspectos socioculturais que fazem sentido para os alunos.

Para a autora o conceito de alfabetização consiste em “A alfabetização – faceta linguística da aprendizagem inicial da língua escrita – focaliza, basicamente, a conversão da cadeia sonora da fala em escrita.” SOARES (2016, p. 38).

A concepção de alfabetização para Magda Soares está correlacionada ao letramento, pois segundo a estudiosa, os dois processos são indissociáveis, apesar de serem distintos, se completam, conforme podemos observar nas suas citações:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e de escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. SOARES (2017, p. 44).

Não são processos independentes [alfabetização e letramento], mas interdependentes e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. SOARES (2017, p. 45).

A autora também aborda a questão da ortografia na escrita do português brasileiro dentro do processo de alfabetização, pois sabe-se que, para se fazer o uso correto da ortografia é necessário conhecer suas regras ou normas e não há uma correlação direta entre a fala e a escrita, o que causa dificuldade e confusão por parte do aluno no momento da aprendizagem da escrita. Para Soares (2016):

Pode-se agora ampliar o conceito de alfabetização proposto [...], definindo-a mais amplamente como a aprendizagem de um sistema de representação que se traduz em um sistema de notação que não é um “espelho” daquilo que representa, uma vez que é arbitrário – a relação entre as notações (as letras) e aquilo que representam (os fonemas) não é lógica nem natural – e é um sistema regido por normas – por convenções e regras. SOARES (2016, p. 328).

Outra concepção de alfabetização, porém com uma perspectiva política e mais crítica, podemos encontrar em Paulo Freire, estudioso do processo de alfabetização de adultos que buscou superar o método de memorização utilizado no ensino tradicionalista, desenvolvendo um método que rompeu com as propostas apresentadas pelas linguagens das cartilhas: de frases curtas e palavras repetitivas que deixavam à margem o pensamento crítico e a autonomia do aluno. Freire valorizava a história, cultura e as experiências dos

alunos no momento da aprendizagem.

Segundo Paulo Freire (1989):

[...] seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-bebi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem. Na verdade, tanto o alfabetizador quanto o alfabetizando, ao pegarem, por exemplo, um objeto, como laço agora com o que tenho entre os dedos, sentem o objeto, percebem o objeto sentido e são capazes de expressar verbalmente o objeto sentido e percebido. [...] A alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. Esta montagem não pode ser feita pelo educador para ou sobre o alfabetizando. Aí tem ele um momento de sua tarefa criadora. FREIRE (1989, p. 13)

Em Freire (1994) a alfabetização não se limita apenas ao processo de decodificação das palavras, vai além do processo puro de ensinar as habilidades de leitura e escrita. Conforme afirma:

[...] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. FREIRE (1994, p. 11).

O método de ensinar de Paulo Freire fazia com que os alunos desenvolvessem um pensamento crítico a respeito da realidade em que viviam, conforme o seguinte conceito: “a alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos (...). A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra”. FREIRE (1987, p. 14).

Kramer (1986), outra estudiosa da nossa temática, apresenta uma concepção de alfabetização que também vai além do processo de decodificação das palavras:

Minha posição quanto ao significado que atribuo à alfabetização (como processos dinâmicos que convergem para a construção de um objeto de conhecimento, concretizando-se em um produto cultural - a leitura e a escrita) é, de certa forma, uma busca de superar o antagonismo que corremos o risco de cristalizar se continuarmos a insistir nessa dicotomia: ou se ensina passiva e mecanicamente as crianças a ler e escrever ou se possibilita seu contato e convívio com produções favorecendo sua construção ativa e dinâmica da linguagem escrita. E isto porque, para o domínio efetivo da leitura e da escrita, é preciso existir a compreensão de

que a linguagem escrita tem um aspecto simbólico (as palavras representam, significam, querem dizer coisas, sentimentos, idéias), mas é preciso haver também aquisição dos mecanismos básicos desse código, do contrário não se lê e não se escreve. KRAMER (1986, p. 237)

Ainda segundo a autora, existe uma polarização a respeito da concepção da alfabetização:

Temos assistido a uma certa polarização em torno do conceito de alfabetização: há desde aqueles que entendem a alfabetização como o domínio da mecânica da leitura e da escrita, até os que a concebem como um processo de compreensão e expressão de significados. Meus próprios trabalhos têm sido identificados com essa segunda posição, e considero importante esclarecer que, para mim, a insistência nessa polaridade – mecanização versus compreensão/ expressão – nos afasta ao invés de nos aproximar de um conceito abrangente de alfabetização. KRAMER (1986, p. 236)

Desta forma, entendemos que para os autores citados acima, a alfabetização vai além do processo de mecanização da escrita ou da mera decodificação das palavras, conforme a concepção dos tradicionalistas. Acreditamos na necessidade de se ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da língua para que o aluno possa desenvolver as habilidades de interpretar, compreender e transformar o meio social em que vive. É importante, também, que o estudante conheça as normas ortográficas e os aspectos da prática social da língua para que possa dominar a técnica da escrita.

Na abordagem construtivista é possível observar que os erros na aprendizagem são considerados como uma referência para obter o sucesso do aluno, que participa da construção do seu próprio conhecimento.

Os métodos de ensino baseados na teoria construtivista estabelecem a figura do aluno como um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem e o professor como um facilitador desse processo.

Desta maneira, cabe ao professor a opção por um método de aprendizagem que favoreça a participação do aluno na construção do seu conhecimento, dando-lhe oportunidade para que possa expor e desenvolver suas ideias, hipóteses, valores e cultura. Conforme nos diz, Rojo (1998, p.66), "um método de alfabetização que leve em conta o processo de aprendizagem deve deixar um espaço para que o aluno exponha suas ideias a respeito do que aprende".

Adiante falaremos também da música como um instrumento facilitador no processo de aprendizagem da língua escrita, pois contribui para que a criança desenvolva sua capacidade de atenção e memória, além de ser um patrimônio cultural.

A música no processo de alfabetização

A música assim como a escrita tem acompanhado o desenvolvimento da humanidade desde os tempos remotos, em todos os povos e de várias culturas. Sempre esteve presente em momentos solenes, religiosos, nascimentos, casamentos e em diversos outros eventos.

Segundo Brito (2003):“Existem muitas teorias sobre a origem e a presença da música na cultura humana. A linguagem musical tem sido interpretada, entendida e definida de várias maneiras, em cada época e cultura, em sintonia com o modo de pensar, com os valores e as concepções estéticas vigentes.” BRITO (2003, p.25)

Alguns teóricos como Penna (2014) e Parreiras (2012) definem a música da seguinte forma:“A Música é uma forma de arte que tem como material básico o som”. PENNA (2014, p.19); “A música é uma linguagem dos sentimentos, é a arte de combinar os sons. Sendo assim composta por três elementos: ritmo, melodia e harmonia.” PARREIRAS (2012, p.158).

Em Penna (2014, p.20) “A música é uma linguagem universal”, porém entendemos que varia de nação para nação, pois cada uma tem a sua cultura. Música, cultura e língua são inseparáveis, quando ouvimos uma música em determinada língua, logo podemos identificar seu país e sua cultura.

A música orquestrada pelo seu ritmo, melodia e harmonia é capaz de expressar os mais variados sentimentos (alegria, tristeza, euforia, choro, vontade de dançar etc.) e traduzir as mais belas mensagens que só por meio da fala ou da escrita não se conseguiria expressar.

Pela sua capacidade de acessar por meio dos sons, os campos do cérebro como: córtex, amígdala, cerebelo e hipocampo, de onde emanam as emoções humanas, a música é utilizada também na saúde como terapia para tratar os pacientes que de alguma forma necessitam de cuidados que envolvem aprendizagem, atenção, concentração e memória.

A música é um bem cultural que faz parte da vida das pessoas, traz benefícios a saúde humana e é uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, por isso está presente também nas escolas.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil relata que “a música é uma das formas importantes de expressão humana, o que por si justifica sua presença no contexto da educação”. BRASIL (1998, v3, p. 45)

Ainda sobre o que nos diz o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: “A música é uma linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de

expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio”. BRASIL (1998, v3, p. 45)

Baseado nas afirmações do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil a respeito da música, podemos afirmar que as parlendas e cantigas de rodas, geralmente utilizadas em momentos de recreação, recepção e refeição dos alunos, incluem melodia e ritmo que auxiliam no desenvolvimento cognitivo/linguístico, aumentando a capacidade de concentração, socialização, expressão e memória da criança.

Conforme nos diz Cuervo (2011):

Nas crianças, a música também exerce grande influência em seu desenvolvimento e funcionamento cerebral, sendo entendida pelo cérebro como uma forma de linguagem. Assim, à semelhança da linguagem falada, a música envolve diferentes entonações, ritmos, andamentos e contornos melódicos. É considerada uma arte que se utiliza da linguagem para a comunicação e expressão. (CUERVO, 2011, p.96).

Além dos benefícios que a música proporciona a nossa saúde e a influência que opera no desenvolvimento e funcionamento cerebral, tanto nos adultos como nas crianças pelas várias etapas que percorrem durante o processo de desenvolvimento infantil, podemos utilizar a música também como instrumento didático de forma lúdica e prazerosa no processo de aquisição da língua escrita.

As músicas de conhecimento das crianças, assim como as parlendas podem ser trabalhadas em sala de aula para a aquisição da língua tanto falada como escrita. Por se tratar de um gênero textual, podemos trabalhar primeiro o contexto das letras de músicas e a partir daí as crianças podem fazer um desenho sobre o que gostaram ou entenderam da história, tratando assim, do campo do letramento, pois conforme afirmou Magda Soares (2017) alfabetização e letramento são indissociáveis.

Na etapa seguinte podemos passar para o processo de decodificação com palavras-chaves retiradas do texto, estimulando as crianças a reconhecerem e procurarem as letras e as sílabas por meio de um alfabeto móvel e em seguida, a partir dessas palavras, as crianças podem selecionar as letras que formam o seu nome.

Outra atividade que pode contribuir para o aprendizado das crianças em relacionar língua falada à escrita é escrever a letra da música que elas já conhecem no quadro ou em papel e ir cantando devagar, fazendo as devidas marcações em cima das sílabas e depois contar quantos “pedacinhos” contém cada palavra, ajudando assim na construção de suas hipóteses de escrita.

Conforme explica Lopes (2009):

Nesse sentido, as letras das cantigas podem ser um dos instrumentos usados pelos professores de educação infantil, pois permitem que as crianças desenvolvam atividades diversas com o uso da língua, como localizar palavras específicas, organizar versos na ordem correta, completar lacunas usando banco de palavras, entre outras. Além disso, é importante lembrar que as cantigas estão sempre associadas a outras linguagens: aos desenhos (que as crianças aprendem a associar às letras), à música, à expressão corporal sempre presente, principalmente, quando as cantigas acompanham brincadeiras de roda. LOPES (2009, p.5)

Dessa maneira, compreendemos que não há um método de alfabetização fixo que seja melhor ou pior, mas que deve ser escolhido pelo professor, a partir das necessidades de seus alunos, respeitando os estágios de desenvolvimento infantil estabelecidos por Piaget, conforme afirmou Micotti (1980) e as hipóteses de escritas elencadas por Emília Ferreiro e Ana Teberosky(1986) na Psicogênese da língua escrita.

Com base na abordagem construtivista, o professor deve incentivar os alunos a leitura, mesmo que ele ainda não saiba decodificar o código linguístico da escrita. Os textos trabalhados em sala de aula devem ser de conhecimento dos alunos, ou seja, da sua realidade, que tenha significado para eles. As salas devem possuir um espaço para leitura, organizado e com livros de fácil acesso para os alunos, para que possam desenvolver habilidades de leitura, oralidade e imaginação.

O trabalho com textos de canções infantis na alfabetização conquista as crianças porque são geralmente repertórios ou histórias que elas já conhecem ou que fazem parte da sua rotina em outras atividades como: entrada na escola, hora do lanche, hora de guardar o brinquedo ou na hora do soninho. Esse trabalho com textos que possuem rimas e ritmo possibilitam a aprendizagem da língua tanto oral quanto escrita, de forma lúdica e prazerosa.

A música neste contexto é um recurso que o professor pode e deve utilizar para facilitar o aprendizado da língua escrita pelos alunos, utilizando-se, conforme vimos no decorrer deste texto, de um poderoso instrumento capaz de auxiliar no desenvolvimento de várias habilidades.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste trabalho de conclusão de curso teve uma parte de memorial que me possibilitou reconstruir, expor e refletir sobre cada etapa da minha vida escolar, acadêmica e profissional, desde o processo de alfabetização até a conclusão do curso em Pedagogia.

Através deste estudo foi possível analisar de forma crítica o modelo escolar ao qual fui submetida e ter ciência da importância do meu papel como docente, em servir a sociedade e contribuir com o sistema de ensino-aprendizagem dos meus futuros alunos.

A temática sobre a alfabetização, abordada neste trabalho, teve o objetivo alcançado através de embasamento teórico-conceitual, pois foi possível conhecer e analisar a história da língua escrita, as etapas do processo de desenvolvimento infantil relacionadas às habilidades de leitura e escrita, a concepção de alfabetização na visão dos teóricos construtivistas, as hipóteses de escrita das crianças, a importância e o auxílio da música no desenvolvimento global da criança e no aprendizado da língua.

A realização deste trabalho proporcionou importantes momentos de aprendizagens e de conhecimento, pois a abordagem dos teóricos trouxe à luz que a criança nos anos iniciais não ingressa na escola como uma “folha de papel em branco”, ela é um ser pensante, pertencente a uma cultura, com experiências próprias e capaz de construir o seu próprio aprendizado.

Os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky mostraram que a criança tem uma função ativa no aprendizado, elabora suas hipóteses a respeito da escrita e constrói seu próprio conhecimento.

As pesquisadoras também contribuíram para uma mudança no modo de pensar dos educadores no Brasil, pois ao conhecerem as hipóteses de escrita dos alunos compreendem como estes aprendem e elaboram práticas pedagógicas de acordo com cada nível em que o aluno se encontra.

Na música, foi possível compreender sua atuação tanto na parte biológica como social da vida humana, seus benefícios para a saúde e um ótimo recurso nas práticas pedagógicas relacionadas a aprendizagem da leitura e da escrita.

Devido ao processo de aquisição da leitura e escrita ser complexo, a temática sobre a alfabetização é um assunto que não se esgota. Assim, é de interesse a continuidade do estudo em nível de pós-graduação, pois existem demandas de estudos e pesquisas sobre métodos de ensino que favoreçam a aprendizagem da leitura e da escrita, promovam o letramento e formem cidadãos críticos, capazes de transformar a comunidade e a sociedade as quais estarão inseridos.

Segundo Paulo Freire (1996, p. 32), “Pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquise para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade”.

Fazer esta pesquisa em meio a pandemia mundial ocasionada pela COVID-19 foi uma forma de superação: escolas fechadas, família concentrada em casa na maior parte do dia, revezamento no uso do computador, poucos momentos adequados em casa para estudar, bibliotecas fechadas, sem acesso a livros.....foram alguns dos desafios superados!

Foi através de elementos como paciência, foco, compreensão da família e da orientadora, principalmente em relação aos prazos para a finalização do estudo, e pela aquisição de livros, por meio de sebos/lojas virtuais, que foi possível elucidar as questões apresentadas e concluir o trabalho com êxito.

A palavra que resume o sentimento ao terminar este estudo é GRATIDÃO! Gratidão, primeiramente, por está viva e a todos da minha família, gratidão pelo conhecimento adquirido e pela oportunidade de estudar e “dialogar” com teóricos renomados no assunto relativo a língua escrita.

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BARRETO, Elis. Após corte no orçamento, UFRJ detalha finanças e diz que pode fechar até julho. **CNN**, Rio de Janeiro, 12 de maio, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/05/12/apos-corte-no-orcamento-ufjf-detalha-cenario-que-pode-faze-la-fechar-ate-julho>. Acessado em 14 de maio de 2021.

BRANDÃO, Maria de Lourdes Peixoto; DIAS, Ana Iório. **Imagens distorcidas:** atualizando o discurso sobre o telensino no Ceará. Fortaleza: Imprensa universitária, 2003.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** 3v. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 13 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 5 abr. 2013b. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1. Acesso em: 13 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15700.htm. Acesso em: 11 de maio de 2021.

BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil.** 2ª ed., São Paulo: Peirópolis, 2003.

CARRILHO, M. F. P. et al. **Diretrizes para a elaboração do Memorial de Formação.** Metodologia do trabalho científico. Natal: IFP/URRN, 1997.

CAVALLARI, Vânia Maria. **A psicomotricidade: o brinquedo e a brincadeira na educação infantil.** São Paulo: Meca. SIEEESP, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, 2008.

CUERVO, L. Articulações entre Música, Educação e Neurociências: ideias para o Ensino Superior. In: **7º SIMCAM – Simpósio de Cognição e Artes Musicais.** Brasília: UNB, 2011.

DUNDER, Karla. Guedes diz que Fies bancou filho de porteiro que tirou zero em provas. **R7,** Rio de Janeiro, 30 de abril, 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/guedes-diz-que-fies-bancou-filho-de-porteiro-que-tirou-zero-em-provas-30042021>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita.** Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo.** Emília Ferreiro: (tradução Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro). 8. Ed.- São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

FERREIRO, Emília. **Com Todas as Letras.** São Paulo: Cortez, 1999. 102p v.2.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam.** 23.ed. São Paulo. Autores associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam.** 29. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. **Pedagogia do Oprimido/Paulo Freire.** – 60ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016

KRAMER, Sonia (org). **Alfabetização: dilemas da prática.** Rio de Janeiro, Dois Pontos Ed., 1986.

KRAMER, Sonia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011.

LOPES, Maria Graciete Carramate. **Discurso: formação de valores nas canções de ninar e de roda.** Curitiba-PR, 4 a 7 de setembro de 2009.

MATUI, J. **Construtivismo**: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 1995.

MEMORIAL. *IV*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/memorial/>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. **Piaget e o processo de alfabetização**/Maria Cecília de Oliveira Micotti. São Paulo: Pioneira, 1980.

MORAIS, Artur Gomes de; ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. Alfabetização e letramento. **Construir Notícias**. Recife, PE, v. 07 n.37, p. 5-29, nov/dez, 2007.

MORETO, Vasco Pedro: **Construtivismo**. A produção do conhecimento em aula. 5.^a edição. Editora Lamparina: Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, Monique Andries. **A música e o desenvolvimento da criança**. Revista da UFG, Vol. 5, Nº 2, dez, 2003.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos na educação básica. Edição, 2^a.Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 254p.

PARREIRAS, Nífa. **Do ventre ao colo, do som a literatura**: livros para bebês e crianças/ Nífa Parreiras. Belo Horizonte: RHJ, 2012. 240 p.

PENNA, Maura. **Música (s) e seu ensino** / Maura Penna 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. 247p.

ROJO, Roxane. **Alfabetização e letramento**: Perspectivas Linguísticas. Mercado das letras. São Paulo. 1998

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo. Contexto, 2016. *E-book*.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo. Contexto, 2017. *E-book*.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**/Paul Teyssier; tradução Celso Cunha. – São Paulo: Martins Fontes, 1997. – (Ensino Superior)